

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ISAILDA NASCIMENTO SILVA DE ARAUJO
MARILIA JULIA BEZERRA DA SILVA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO PNAIC EM
ALAGOAS**

Maceió/AL
2021

ISAILDA NASCIMENTO SILVA DE ARAUJO

MARILIA JULIA BEZERRA DA SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO PNAIC EM ALAGOAS

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Orientador/a: Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos

**Maceió/AL
2021**

**ISAILDA NASCIMENTO SILVA DE ARAUJO
MARILIA JULIA BEZERRA DA SILVA**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO PNAIC
EM ALAGOAS.**

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em 23/11/2021.

Orientadora: Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos (CEDU/UFAL)

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos (CEDU/UFAL)

Edlene Cavalcanti Santos

Profa. Dra. Edlene Cavalcanti Santos (CEDU/UFAL)

Edna Cristina do Prado

Profa. Dra. Edna Cristina do Prado (CEDU/UFAL)

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALFABETIZAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO PNAIC EM ALAGOAS

Isailda Nascimento Silva de Araujo
isaildaaraujo@gmail.com

Marilia Julia Bezerra da silva
marliabezerra18@hotmail.com

Orientadora: Profa. Dra. Inalda Maria dos Santos
inaldasantos@uol.com.br

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender como se deu a implantação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) no estado de Alagoas, criado no ano de 2012. Uma aliança formal assumida pelos três entes federativos: governo Federal, Estadual e Municipal. E para tal fim, utilizamo-nos do método de pesquisa bibliográfica. Tomamos como ponto de partida para nossa pesquisa as bases: Capes, Anped, Scielo e Abalf, como também o repositório da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), livros, periódicos e revistas. Foram analisados diversos documentos, entre: artigos, teses, dissertações, capítulos de livros e documentos oficiais do governo. No entanto, para fundamentar a seção que abordaria a implantação do pacto neste estado, foram encontrados apenas três documentos. A pesquisa, todavia, apontou que o PNAIC foi um programa de grande valia no que diz respeito tanto à formação continuada, quanto na produção de material didático. Referente a implantação em Alagoas revelará que os municípios partícipes deste pacto obtiveram muitos ganhos, principalmente no tocante a formação de seus professores. Entretanto, evidenciou-se também que, alguns municípios não se comprometeram com o programa quanto deveriam, visto que ocorreram muitas substituições, e em razão dessas, inesperadas trocas, tanto de orientadores locais quanto de professores alfabetizadores, deflagrou-se a descontinuidade do programa.

PALAVRAS CHAVES: políticas públicas; alfabetização; Alagoas

1 INTRODUÇÃO

É notável o quanto os temas: alfabetização, letramento, fracasso escolar, dentre outros, relacionados à educação, nunca saem do cenário das pesquisas e, na verdade, nem devem sair. Visto que o conhecimento é mutável assim como a sociedade. Com o passar dos anos muitas pesquisas vêm surgindo mostrando-nos as muitas maneiras de ensinar “melhor”, pois a cada época surgem métodos diferentes, com o bom intuito de melhorar a alfabetização de nossas crianças. Com isto, surge também a necessidade de atualização do saber dos nossos professores mediante o avanço das pesquisas.

No Brasil, em sua carta Magna, se afirma, veementemente, que a educação é um direito de todos, e um dever do Estado, e da família. Sendo assim, o Governo para ratificar seu compromisso com sua nação elabora, a cada época, políticas públicas para melhoria desta tão almejada educação. Os números a seguir nos mostrarão um déficit marcante no aprendizado referente à produção do alfabetismo.

Segundo os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), de 2016, 54,73% de mais de 2 milhões de alunos concluintes do 3º ano do ensino fundamental apresentaram desempenho insuficiente no exame de proficiência em leitura. Desse total, cerca de 450 mil alunos foram classificados no nível 1 da escala de proficiência, o que significa que são incapazes de localizar informação explícita em textos simples de até cinco linhas e de identificar a finalidade de textos como convites, cartazes, receitas e bilhetes (CADERNO DE APRESENTAÇÃO PNA, 2019. p. 10).

Com esses dados explícitos, entre tantos outros, o presente trabalho foi pensado a partir de algumas indagações que fizemos durante o percurso de nossa graduação, pois em diversas disciplinas se discutia questões acerca dos índices de analfabetismo no Brasil, e o que os governos fazem para minimizar tais taxas. A partir do exposto, discorreremos sobre os objetivos desta pesquisa, quanto também sobre nossa motivação em saber mais sobre tal tema; políticas públicas de alfabetização. É interessante destacar que, nossa curiosidade sobre tão singular tema surgiu por volta do 4º período, no curso de Pedagogia no Centro de Educação (CEDU), na Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como se deu a implantação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) no Estado de Alagoas. Além disso, também, quais contribuições que o PNAIC trouxe para minimizar os

índices negativos da alfabetização em nosso estado, de acordo com Avaliação Nacional (ANA). E qual era a concepção de alfabetização adotada pelo programa.

Para tanto, optamos por fazer a pesquisa bibliográfica para tentarmos encontrar respostas para as nossas indagações. Segundo Lima e Miotto (2007, p.38) “a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”. Para isto, fizemos um levantamento de materiais publicados nas Bases: Capes, Anped, Scielo e Abalf, com o tema relacionado ao objeto de pesquisa; Entretanto, não tivemos muito êxito. Encontramos um volume considerado de textos relacionados ao PNAIC, no entanto, sobre o Pacto em Alagoas, não.

Partimos então para teses, dissertações (repositório da UFAL), livros, periódicos e revistas. Desta vez obtivemos êxito, encontramos dois artigos: Cavalcante et al (2015), e Santos et al (2018); como também uma tese: Ramos (2019) relacionados ao nosso objeto de pesquisa. Sendo assim, o trabalho se encontrará estruturado em três partes: primeira seção, retrospectiva do PNAIC, neste tópico discorreremos resumidamente como surgiu o PNAIC, sua estrutura, como também abordamos alguns relatos sobre sua avaliação; na segunda seção, abordamos sobre a concepção de alfabetização que o programa traz como também seus principais teóricos; e na terceira seção, é o ponto crucial da nossa pesquisa, no qual iremos abordar “como se deu a implantação do programa em Alagoas”. E por fim, nossas considerações finais a cerca desta, tão importante, pesquisa.

2 RETROSPECTIVA DO PNAIC

Criado em 2012, o PNAIC foi uma aliança formal assumida pelos entes federados: governo Federal, Estadual e Municipal. Para garantir que todas as crianças estivessem alfabetizadas até os oito anos de idade, no final do 3º ano do ensino fundamental. Para que isto fosse possível, o foco se deu no professor alfabetizador, pois ele é um dos grandes agentes para alcançar tal finalidade.

O PNAIC foi criado, com o propósito de cumprir a meta 2 estabelecida pelo movimento Todos pela Educação: “toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006). A meta 2 é o resultado de uma agenda definida pelo setor privado, no âmbito do referido

Movimento, e que foi incorporada pelo Governo Federal, principalmente na definição do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. (ALFERES; MAINARD, 2019. p. 48).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) reconhecia a formação continuada de professores como uma das vias de acesso à melhoria da qualidade do ensino, porém, não se daria repentinamente, pois toda mudança só acontece de forma gradual e processual, e os seus resultados seriam do mesmo modo.

De início a proposta de formação foi criada para atender a 10 Estados dos quais foram incluídos todos os Estados do Nordeste, e da região Norte, apenas o Pará, em articulação com as universidades, estas eram responsáveis pelo Pró-Letramento¹. O Centro de Estudos em Educação e Linguagem – CEEL² da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE foi convidado para desenvolver uma proposta para a formação, inicialmente pensada para dois anos do Pacto.

No entanto, o MEC na época considerou que o programa deveria ser no âmbito nacional para assim, alcançar todos os professores alfabetizadores das escolas públicas e das escolas do campo. Com isso, inicia-se a inclusão de várias Universidades para tal iniciação da formação orientada pelo PNAIC, com o intuito de ter ao menos uma Universidade por cada Estado.

De início priorizaram docentes das universidades que tinham participado do programa Pró-Letramento, no entanto, algumas Universidades que foram incluídas na extensão do programa não tiveram muitos profissionais participantes. Por este motivo, o Ministério da Educação fez um levantamento no diretório dos grupos de pesquisa do CNPq³ para identificar professores habilitados na área de alfabetização e letramento. Em 2013, o PNAIC pôde contar com 38 IES, sendo 32 federais e 06 estaduais.

¹ Pró-Letramento é um programa de formação continuada dos docentes para o avanço da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental. O programa é efetivado pelo MEC, em colaboração com universidades das quais estão agregadas a Rede Nacional de Formação Continuada. Podem participar todos os professores que estão em exercício, nas séries iniciais do ensino fundamental das escolas públicas.

² Criado em 2004 o Centro de Estudos em Educação e Linguagem (CEEL) é um núcleo de pesquisa e extensão da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que desenvolve atividades com foco na melhoria da Educação Básica em escolas públicas e particulares. Ele é composto por uma equipe de professores e alunos envolvidos com formação e pesquisa na área de Educação, Linguagem e Ensino de Língua Materna.

³ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (até 1974 Conselho Nacional de Pesquisas, cuja sigla, CNPq, se manteve) é uma entidade ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para incentivo à pesquisa no Brasil.

Segundo a portaria nº 867, de 4 de julho de 2012 no artigo 5º as ações do Pacto tinha como objetivo: assegurar que todos os alunos dos sistemas públicos estivessem alfabetizados, em língua portuguesas e em matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental; diminuindo a distorção idade-série na Educação Básica; Aprimorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Colaborar no aprimoramento da formação dos docentes alfabetizadores e por fim criar sugestões para a determinação dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental (BRASIL, 2012).

Posto isto, tais ações estruturam-se em quatro eixos: 1) formação continuada para professores alfabetizadores, desta vez presencial, e para seus orientadores, 2) materiais didáticos, literaturas e tecnologias educacionais das quais incluíam os jogos pedagógicos, 3) avaliações sistemáticas 4) gestão, controle social e mobilização. A seguir características/objetivos de cada eixo:

Quadro 1 - Características/objetivos dos eixos

Eixo	Características/objetivos
Formação continuada	Ampliar os debates sobre alfabetização, na perspectiva do letramento, no tocante a questões pedagógicas das distintas áreas do conhecimento em uma perspectiva interdisciplinar, da mesma maneira sobre princípios de gestão e organização do ciclo de alfabetização. Concerne-se, portanto, de mostrar direções metodológicas que possibilitem o desenvolvimento dos direitos de aprendizagem dentro do ciclo de alfabetização.
Materiais didáticos, literaturas e tecnologias educacionais	Agrupamento de materiais específicos para alfabetização, por exemplo: livros didáticos (fornecido pelo PNLD) e manuais do professor; obras pedagógicas acrescentadas aos livros didáticos como também acervos de dicionários de língua portuguesa (distribuído pelo PNLD); jogos pedagógicos de auxílio à alfabetização; obras de referência, de literatura e de pesquisa (entregue pelo PNBE); obras de apoio pedagógico aos professores; e tecnologias educacionais de apoio à alfabetização.
Avaliações sistemáticas	Considera as avaliações processuais, discutidas ao longo do curso de formação, as quais podem ser desenvolvidas e executadas dia a dia pelo docente junto aos discentes e a execução, rente aos alunos concluintes do 3º ano, de uma avaliação externa universal, pelo INEP, tendo em vista comparar o nível de alfabetização obtido na finalização do ciclo, e que proporcionará às redes implementar medidas e políticas retificativas.

Gestão, controle social e mobilização	Conjunto institucional determinado para conduzir o PNAIC o qual contempla quatro poderes: Comitê Gestor Nacional, coordenação institucional em cada estado, Coordenação Estadual e Municipal, corroborando a articulação entre o Ministério da Educação, as redes estaduais, municipais e as Instituições formadoras para assim sendo, assegurar efetivamente o funcionamento do programa.
--	--

Fonte: adaptação do caderno de apresentação do PNAIC 2015

Os quatro eixos supracitados foram de muita relevância na formação. Visto que, a partir de um eixo surge a necessidade de se criar outro. E, para que o programa se concretizasse foi necessária à participação de cada um, e ao mesmo tempo sua unificação, dado que, para se implantar um programa de tal proporção, qual foi o PNAIC, teria que convocar diversos setores como: economia, logística, privado, educação entre outros. E, conjuntamente, para que houvesse tal êxito em sua concretização, não poderia ficar de fora os principais “atores”, os professores.

Após análise dos primeiros anos da implantação do programa e resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) a secretaria de Educação Básica (SEB) reafirma a relevância da continuidade do PNAIC, porém, afirma a necessidade de algumas mudanças. Visto que, mesmo aqueles estados que haviam alcançado maiores e melhores indicadores ainda estavam longe do resultado almejado.

Sendo assim o PNAIC passa a constituir uma "política educacional sistêmica que parte de uma perspectiva ampliada de alfabetização, trabalhando a Alfabetização na Idade Certa bem como a inclusão da Educação Infantil" (BRASIL, 2017, p.5), focando sempre no desenvolvimento da criança no que se refere à aprendizagem em língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental, garantindo assim, as concepções e características do trabalho de leitura e escrita na educação infantil.

Dito isto, o lócus principal do programa em 2017 estava pautado em uma direção com maior intensidade pedagógica nas formações, (mas já se viam algumas ações em 2015), como também dos formadores, relacionado a uma conduta voltada para a consolidação da competência institucional local, dando a devida importância aos atores locais, na composição da formação e gestão, (BRASIL 2017). Em uma progressiva autonomia dos discentes em suas respectivas salas, para que assim sendo, pudessem concretizar os objetivos do programa. A saber, tais ações nos anos anteriores não existiam com tanta intensidade (BRASIL 2017).

Feitos os reajuste e adesão ao PNAIC e as novas diretrizes para o ano de 2017, o programa atenderia a três metas distintas: 1) manter o foco no processo de formação dos professores e coordenadores pedagógicos do 1º ao 3º ano do ensino fundamental; 2) capacitar coordenadores pedagógicos da Educação Infantil e docentes da pré-escola; e 3) os mediadores e articuladores do Novo Mais Educação.

Quanto às mudanças sobre os materiais que o MEC encaminhava as Instituições para a formação dos docentes, em 2017 foi extinto, visto que esse “novo” PNAIC estava dando mais flexibilidade e autonomia às redes de ensino, no entanto, os materiais que anteriormente tinha sido encaminhado poderiam continuar sendo utilizados, aumentando assim, o acervo, como também dando suporte para formação dos docentes em suas escolas.

Já citado anteriormente, o PNAIC sofreu algumas alterações. Dentre elas, uma que talvez tenha sido um dos motivos de não ter tido uma aceitação no (último) ano de sua modificação, causando o cancelamento das bolsas, principalmente para os professores alfabetizadores, estes, agora, participaram como voluntários. Outra mudança significativa ocorreu no que tange a autonomia dos professores formadores em relação à suas formações. Segundo Machado e Lockmann (2019, p. 104) o PNAIC foi criado para “padronizar” a formação dos professores consequentemente unificar o ensino (devido avaliações). Tal formação era “vista como via principal para melhorar as condições da alfabetização no país e elevar a taxa de alfabetismo” (ibidem p. 104). Mas, isso não significava que o programa não era bom, pois relatos nos mostram que ele veio para “guiar” o caminho certo.

[...] ele veio para tornar o ensino acho que mais unificado, porque cada um segue um caminho. Ele veio para unir esse caminho para traçar uma linha para o professor trabalhar seria mais ou menos isso [...] Professor 06, 2017. (MACHADO; LOCKMANN, 2019, p. 104).

É de suma importância salientar que esse pacto contribuiu com muitos profissionais da educação concernente a sua formação continuada, pois a partir dos materiais que analisamos conseguimos perceber que houve mais elogios, em detrimento de críticas. Tais críticas advêm do modelo da prática pedagógica, a qual para alguns pesquisadores da área valorizava exclusivamente a técnica. Ou seja, era um modelo com foco (inicial), apenas na aplicação dos materiais didáticos elaborados pelo MEC, sem uma devida análise, não valorizando a

relação entre teoria e prática de forma consciente, sem estar no automático. Diante do exposto, Sclaro (2020) afirma que:

[...] Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa retrata o ideário neoliberal de parceria entre o Estado e a sociedade. O Estado neoliberal apossa-se do processo de formação de professores, tendo em vista a importância política e a influência do mesmo no contexto social do país. Com o objetivo de assegurar a hegemonia de suas concepções o Estado neoliberal propõe uma formação de professores numa perspectiva neotecnista, tendo a **técnica** (grifo das autoras) como definidora das relações sociais e educacionais; desconsiderando a autonomia docente no espaço pedagógico, a intencionalidade do ato educativo e a valorização do trabalho docente como princípio ontológico do homem (ibidem, p. 78 Apud PEREIRA, 2016, p. 62).

Desta forma fica evidente salientarmos a importância de se implantar e estabelecer uma política educacional, cujo maior foco é a formação do professor alfabetizador uma vez que ele é o principal elo entre o aluno e a política de Estado.

Ao implantar uma política com o modelo homogêneo, na qual a técnica fosse praticada poderia maximizar os índices de alfabetização. Mas, esse modelo tecnicista, não durou muito, pois segundo relatos, e o próprio documento do programa em 2017 sofreu modificações possibilitando uma formação a qual proporcionou reflexões acerca dos trabalhos desenvolvidos pelos participantes.

O PNAIC foi considerado na época de sua implantação o maior programa de formação continuada de professores, visto que, de acordo com Sclaro (2020, p. 55) a partir de sua implementação em 2013, o programa “formou mais de 58 mil orientadores de estudos e mais de um milhão de professores alfabetizadores” disperso nos 5.568 municípios do nosso país. Segue abaixo os números de professores alfabetizadores, orientadores de estudos e municípios que aderiram ao programa.

Tabela 1- Números de professores, orientadores e municípios.

Ano	Professores alfabetizadores	Orientadores de estudos	Municípios que aderiram
2013	281.725	15.953	5.276
2014	267.375	15.146	5.489

2015	235.983	14.691	5.222
2016	226.808	13.198	5.360

Fonte: adaptação de Sclaro 2020

É possível verificarmos que inúmeros professores e orientadores foram mobilizados para que fosse possível a concretização deste programa, foram gastos em 5 anos, segundo Xavier e Bartolo (2019), mais de 2 bilhões e 300 milhões de reais. Com este volume de investimento realmente surgem à necessidade de se obter informações a cerca de seus efeitos na educação.

De acordo com Sclaro (2020, p.80), não foi possível obter mais informações sobre os anos de 2017 e 2018 sobre o Pacto, pois no site do MEC não constam tais informações. Desta forma, não se sabe ao certo qual real motivo de findar tal política. Porém, consoante Ramos (2020)

[..]sua vigência passou por reformulação, dada a troca de governo em virtude impeachment da então presidenta, Dilma Viana Rousseff. As mudanças ocorreram mediante a mudança de governo e os resultados estatísticos apontados pela ANA, que apresentaram estagnação no que se refere ao desempenho dos estudantes diante do processo de leitura e escrita. Com as reformulações, o PNAIC passou a compor a Política Nacional de Alfabetização, novo modelo de política de alfabetização (ibidem, p. 95).

Corroboramos com Ramos que, devido à mudança de governo, acabam-se mudando políticas educacionais também, isso é uma hipótese, visto que não encontramos nem um documento oficial tratando o real motivo de seu fim. Porém, há estudos que nos mostram que a falta de “[...] evidências científicas robustas e testes bem construídos” tem dificultado a verificação real dos efeitos de tais programas. (XAVIER; BARTOLHO, 2019, p. 27). Pode ser um dos motivos também, de se findar tal política, a não verificação/efetivação de seus efeitos.

3 DISCUSSÃO SOBRE CONCEITOS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA PERSPECTIVA DO PNAIC

A pergunta é o que move a ciência, ao passar dos anos, pesquisas estão em pleno curso, apresentam/endossam métodos. Alguns métodos são tidos como

ultrapassados, modos de ensinar são apresentados e os resultados constata as hipóteses e assim, vai se mudando as perspectivas. No que se refere aos conceitos de alfabetização e letramento não foi diferente no Brasil quanto no resto do mundo. Nas primeiras décadas dos anos 2000, novos estudos/pesquisas evidenciaram quais seriam os pontos a serem ajustados para se concretizar um sonho, o de zerar os alarmantes índices do analfabetismo no Brasil.

Constatado por meio de pesquisas e estudos os índices negativos de analfabetismo impulsiona o governo federal a estudar mais uma proposta para a educação sistematizada, com o intuito de trazer novas descobertas e novas propostas na formação continuada de professores alfabetizadores, tendo em vista que as novas pesquisas enfatizavam o professor alfabetizador como ator principal, mas, compreendendo também a pesquisa piagetiana apresentada por Ferreiro e Teberosky, podemos afirmar que não estamos mais falando de habilidades e aptidões adequadas para apreensão da lectoescrita⁴, mas a compreensão de um sujeito que “[...] procura ativamente compreender o mundo que o rodeia e trata de resolver as interrogações que o mundo provoca” (FERREIRO E TEBEROSKY, 1999, p. 29).

Vale ressaltar que este projeto está fundamentado por pesquisas que o sustentam, considerando os autores que citaremos a seguir, dito isto, houve em 2003 o “Programa toda criança aprendendo”, em 2005 o “Programa pró-letramento” e nosso objeto de estudo em 2012 o “Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa” (PNAIC).

Para o PNAIC podemos citar grandes pesquisadores em alfabetização e letramento tais como Emília Ferreiro, Arthur Gomes de Moraes, Magda Soares, Ana Teberosky e os autores dos textos que alimentaram os cadernos do PNAIC como Andrea T. B. Ferreira, Eliana B. C. de Albuquerque, Tânia Maria S. B. Rios Leite etc., discutindo e articulando saberes para viabilizar o caminho a ser percorrido nesta nova proposta. Tendo em vista que

A concepção adotada no âmbito do PNAIC é a da Alfabetização na perspectiva do letramento. Ou seja, entende-se e defende-se que é preciso que a criança domine o Sistema de Escrita Alfabética, mas que também desenvolva habilidades de fazer uso desse sistema em diversas situações comunicativas, com autonomia. (ARAUJO, 2015, p. 22)

⁴ Habilidade adquirida de poder ler e escrever

Alfabetizar letrando é o termo mais usado nos cadernos de orientação do programa e estes dois termos abrangem uma série de campos de estudos, como a sociologia, a psicologia, a neurociência e a pedagogia. Pesquisadores estão a todo tempo buscando compreender a problemática que é o alfabetizar. Assim, novas pesquisas nos apresentam a alfabetização na perspectiva do letramento, e no Brasil a meta é que a criança o complete no ciclo de alfabetização, que significa até o 3º ano do Ensino Fundamental. Contudo, Albuquerque, (2012, p. 22,) afirma que:

É importante considerar, no entanto, que a apropriação da escrita alfabética não significa que o sujeito esteja alfabetizado. Essa é uma aprendizagem fundamental, mas para que os indivíduos possam ler e produzir textos com autonomia é necessário que eles consolidem as correspondências grafo-fônicas, ao mesmo tempo em que vivenciam atividades de leitura e produção de textos.

Faremos um destaque a três trabalhos muito respeitados e citados nos cadernos do PNAIC em todos os anos que foram distribuídos, Alfabetização e letramento (7. ed., 4ª impressão. 2020) de Magda Soares, Psicogênese da língua escrita (1999) de Emília Ferreiro e Ana Teberosky (estudiosas do método piagetiano) e Sistema de escrita alfabética (Como eu ensino) de Artur Gomes de Morais (2012).

Magda Soares, na edição supracitada, faz um apanhado de vários artigos tratando os termos de Alfabetização e Letramento dentre os quais iremos utilizar o artigo “Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos”, 2004. Neste artigo Soares trata dos termos e nos esclarece que “letramento” surge em “[...] decorrência da necessidade de configurar e nomear comportamento e práticas sociais na área da leitura e da escrita [...]” (SOARES, p. 63, 2004), sendo necessário.

[...] o surgimento da palavra letramento, consequência da necessidade de destacar e claramente configurar, nomeando-os comportamentos práticas de uso do sistema de escrita, em situações sociais em que a leitura e/ou a escrita estejam envolvidas. (ibidem, p. 63, 2004).

Em busca de sanar as lacunas, o Brasil adota à nova perspectiva que vem atrelada ao construtivismo, teoria esta que evidenciou a compreensão dos processos de escrita espontâneos pelas crianças (SOARES, 2004). Magda Soares orienta a não privilegiar um método em detrimento de outro, mas, articular conhecimentos, para que sejam consideradas todas as ciências e integre todas as possibilidades. Cada sujeito é único e como compreende o seu redor também é único, portanto, todas as compreensões para o ensino da alfabetização e letramento que até

atualidade foram vistas e revisadas se torna essencial para o processo de aquisição do Sistema Escrita Alfabética (SEA).

Em contrapartida sobre o processo de aquisição da lectoescrita Ferreiro e Teberosky (1999) nos apresenta que.

A concepção da aprendizagem (entendida como um processo de obtenção de conhecimento) inerente à psicologia genética supõe, necessariamente, que existam processos de aprendizagem do sujeito que não dependem dos métodos (processos que, poderíamos dizer, passam “através” dos métodos). O método (enquanto ação específica do meio) pode ajudar ou frear, facilitar ou dificultar; porém não pode criar aprendizagem. A obtenção de conhecimento é um resultado da própria atividade do sujeito. (ibidem, 1999, p. 31)

Nos estudos piagetianos, o sujeito (as crianças) é ativo na aprendizagem, independentem dos métodos que serão usados para criar seus próprios esquemas, são capazes de articular as perguntas mais interessantes e cria suas hipóteses sobre a origem do homem, seria absurdo negar que não tenha nem um conhecimento sobre a lectoescrita, consideramos esta fala “[...] a aprendizagem em si nada mais é do que substituição de uma resposta por outra” (ibidem, 1999, p. 29).

Outro ponto a ser observado nos estudos piagetianos é o “horror ao erro”, ponto este que as autoras afirmam que o “[...]dever do pedagogo é levá-los em consideração” (ibidem, 1999, p. 33), compreendendo que assim os “erros construtivos” não são erros comuns, mas “[...]a possibilidade de o sujeito reconstruir este objeto, por ter compreendido quais são suas leis de composição.” (ibidem, 1999, p. 34).

No último texto que avaliamos, para compreender a perspectiva da alfabetização e letramento que nortearam os cadernos do PNAIC, Arthur Gomes de Moraes, no texto que usamos como referência, apresenta uma análise dos trabalhos, de Emília ferreiro e Ana Taberosky. analisa os pontos das pesquisas das autoras citadas e tendo descobertas sobre o processo de aquisição do SEA confirma que “[...] a teoria da psicogênese nos ensina que a apropriação do SEA não ocorre da noite para o dia, mas sim, pressupõe um percurso evolutivo, de reconstrução, no qual a atividade do aprendiz é o que gera, gradualmente, novos conhecimentos rumo à ‘hipótese alfabética’”. (MORAES, 2012, p. 52)

Moraes (2012) reafirma a importância das fases de apropriação da escrita defendida por Emília Ferreiro nos seus estudos, sobre a importância da difusão

desse estudo. Apresenta-nos em conjunto as regras que os aprendizes não podem deixar de seguir, pois, “a escrita alfabética é uma invenção da humanidade” (ibidem p. 70), todavia, de fundamental importância para a comunicação entre os cidadãos.

Para concluirmos o tópico devemos entender conforme já citado, que as crianças têm suas hipóteses e é papel do educador propiciar novas experiências para que através dos estímulos, os aprendizes possam modificar seus esquemas compreendendo, de acordo com Moraes (2012, p. 48) que:

[...] assim como a humanidade levou muito tempo para inventar o sistema alfabético, após ter usado outros sistemas de escrita (sistema pictográficos, ideográficos, silábicos etc.), a internalização das regras e convenções do alfabeto não é algo que se dá da noite para o dia, nem pela mera acumulação de informações que a escola transmite, prontas, para o alfabetizando.

4 A EXPERIÊNCIA DO PNAIC EM ALAGOAS

Em Alagoas a implantação do PNAIC ocorreu no ano de 2013 sob os cuidados da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com a temática voltada para língua portuguesa e matemática, entretanto só em 2014 iniciaram as discussões na área da matemática. No mesmo ano, 2014, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), especificamente o Centro de Educação (CEDU), ficou responsável pela formação dos professores alfabetizadores por intermédio do Núcleo de Pesquisa Alfabetização em Alagoas (NEPEAL).

Segundo Cavalcante et al (2015, p. 125.), nesse contexto as orientadoras se depararam em um grande desafio, pois teriam que orientar e ao mesmo tempo começar o “[...] processo de formação do grupo de formadores de linguagem em diálogo com os formadores de matemática” de forma que entendessem e simultaneamente possibilitasse a “[...] articulação entre as áreas nos momentos de formação dos orientadores de estudos”. Um grande desafio estava posto.

No ano de 2014 participaram do processo de formação no Estado 7.328 professores alfabetizadores, 300 orientadores, 20 formadores e 7 supervisores e a coordenação geral do programa (ibidem, p.122). A partir deste início foi se multiplicando os participantes para concretude do programa.

Alagoas, como tantos outros municípios, que participaram do PNAIC, apresentaram alguns desafios na implantação do programa como relata Ramos (2020):

A maioria dos orientadores de estudo relatava as dificuldades vivenciadas, tanto na participação da formação, quanto no momento em que repassavam a formação, nos municípios. Era explicitada a falta de apoio de prefeitos e secretários e os obstáculos com a logística da formação nos municípios. Muitos destes profissionais que exerciam a atividade como professores-alfabetizadores externavam a situação de “abandono pedagógico”, uma vez que, no momento do planejamento coletivo, na escola, eram excluídos e ouviam comentários, tais como: você já tem seu planejamento, você é do PNAIC. Na compreensão desses profissionais, a forma de tratamento era pelo fato de que eles recebiam a bolsa-formação (ibidem, p. 22).

Na fala da autora supracitada, percebe-se que não foram fáceis as adaptações no que tange ao PNAIC, em relação às professoras alfabetizadoras. Fica evidente que algumas professoras sofriam exclusões nos momentos da formulação do planejamento coletivo, por causa da bolsa que recebiam. O valor era ínfimo comparado ao trabalho que elas desenvolviam. Em decorrência disto, eram alvos de discriminação e sofriam preconceitos por outras colegas de trabalho.

Outra dificuldade na efetivação do pacto em Alagoas adveio da falta de compreensão dos municípios, em discernir que o Programa, não era da Universidade Federal de Alagoas, mas, um programa Federal, pois muitos municípios acreditavam que apenas a Universidade tinha a incumbência de implementar o Programa, no entanto, segundo a portaria 867/2012, nos art. 11º, 12º, e 13º cada esfera tinha seu compromisso. E “[...] o papel da universidade se firmou nos aspectos pedagógicos, certificação da formação e na elaboração de relatórios”. (RAMOS, 2020, p.106).

Fator semelhante que dificultou a efetivação do Programa se deu também pela carência de professores formadores da Universidade, visto ser necessário fazer uma parceria com a Secretaria Municipal de Maceió (SEMED), o que não deveria acontecer, por ser a única Universidade pública, devendo ser o berço de formadores.

De acordo com Ramos (2020), a mudança de prefeito interferiu bastante na efetivação do programa, pois quando se mudava a gestão da prefeitura, mudavam-se professores, e essa mudança não se deu apenas com o professor alfabetizador, mas também com o professor formador. Muitas vezes a gestão municipal não

enxergava o quanto era importante essa política de alfabetização, pois não mantiveram os mesmos formadores e professores alfabetizadores. “A demonstração de força e de poder se sobrepõe às orientações do MEC que recomendou a não substituição dos profissionais, como estratégia de garantia da continuidade das ações do programa.” (RAMOS, 2020, p. 117).

Ramos (2020) nos revela que existe

uma postura contraditória por gestores que aguardam o lançamento dos programas – mesmo emergenciais ou transitórios com política educacional federalizada – e, quando chega ao município, esta política perde a importância dando lugar à troca de favores, para a manutenção no cargo daqueles que são pagos para gerir os destinos da população (ibidem, p. 118).

Deste modo o objetivo do governo Federal de investir na formação continuada de professores para garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas “na idade certa”, ou seja, ao final do 3º ano dos anos iniciais, perde o foco, visto que os professores-alfabetizadores já não são mais fixos, o que deveriam ser fazendo deste modo com que haja uma troca desnecessária dos docentes.

Como podemos observar foram muitas as dificuldades durante a implantação do Pacto em Alagoas. E ainda podemos destacar algo que foi discutido em diversos documentos, principalmente nos artigos produzidos em Alagoas através dos relatos citados por Santos et al (2018).

A formação do professor alfabetizador para a mudança educativa implica no seu crescimento pessoal e profissional no *movimentum* de reflexão-ação-reflexão, sobre a prática docente a partir de uma gestão curricular ativa, na sala de aula e no âmbito da escola. (SANTOS et al, 2018, p. 34)

Partindo deste princípio, podemos destacar que um dos maiores equívocos do programa era a falta de uma formação crítica e reflexiva voltada, especificamente, as reais necessidades da sala de aula, visto que durante a análise documental percebemos a inexistência desta relação. No entanto, em outros momentos da análise, ficou evidente a satisfação. Segundo Cavalcante et al (2015)

Os encontros foram sempre muitos satisfatórios, mesmo acontecendo aos sábados e com os professores muitos cansados. Eles são bem participativos e gostam muito de partilhar as experiências de sala de aula. Colocam-se e discutem os conteúdos, relembram que os conteúdos não são

novidades, mas trazem um novo jeito de trabalhar a alfabetização, o letramento e principalmente a matemática. Depois dos encontros, pude observar uma mudança significativa nas práticas da maioria dos professores alfabetizadores que fazem parte do PNAIC. (ibidem et al, p. 125).

A partir das análises, fica evidente que o PNAIC, como um dos maiores programas de Formação continuada voltada para alfabetização e letramento, contribuiu significativamente nas vidas dos agentes transformadores. Entretanto, há discordância quando se trata de formação curricular ativa, ou seja, uma formação voltada tanto para determinadas dificuldades quanto para os êxitos dos professores em sala de aula. SANTOS et al (2018, p. 32), destacam a necessidade de se repensar o currículo da formação continuada como também Sambugari e Ribeiro (2019 apud IMBERNÓN, 2010) salientam que a formação continuada tenha sua centralidade na escola, pois:

[...] envolve estratégias empregadas conjuntamente pelos formadores e pelos professores para dirigir os programas de formação de modo que respondam às necessidades definidas da escola e para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem em sala de aula e nas escolas (SAMBUGARI e RIBEIRO, 2019, p. 1378).

Desta forma é de suma importância salientarmos que uma política de formação de professores seja pensada a partir das reais necessidades da escola, como também dos profissionais docentes, visto que, são eles que estão presentes dia a dia em sala de aula e sabem quais dificuldades tem que ser superadas.

Quanto às contribuições do programa para Alagoas, no que diz respeito à melhoria nos índices de alfabetismo foi possível encontrar dados da região Nordeste, assim como informações referentes ao Estado de Alagoas. Os dados mostram que, dos estudantes participantes do SAEB/ANA em 2016 da região Nordeste, 34,11 no nível 1, considerado insuficiente; 35,04% estavam no nível 2, considerado nível básico, isso, em relação a leitura, e 23,57% estavam no nível 3 considerado adequado e apenas 7,28% no nível 4 considerado o desejável. No ano de 2014, todavia, a região nordeste estava com 36%, dos estudantes no nível 1, 37% no nível 2, 22% no nível 3 e apenas 6% no nível 4, ou seja no nível considerado adequado.

Em relação à escrita a percentagem foi de 45,66%, no nível 4, considerado adequado (que entrava na escala de suficiente) entretanto, apenas 3,51% se encontravam no nível 5 (desejável) uma leve queda em relação a escrita. No que

tange ao estado de alagoas 43,59% dos alunos estavam no nível 1, 32,34% no nível 2, 12,14% no nível 3 e 11,92% no nível 4. Em língua portuguesa no quesito escrita, os estudantes com 30,73% encontravam-se no nível 1, 24,08%, no nível 2, 1,56% no nível 3, 41,95% estavam no nível 4 e a penas 1,68% no nível 5. Em leitura de 42,6 estavam no nível 1, 33,64%, no nível 2, 19,29% se encontravam no nível 3 e 4,46% no nível 4, (BRASIL, 2017). No encontramos dados de alagoas da ANA anterior (2014).

Com base nos dados supracitados é possível compreender que não houve um aumento significativo nos números (índices) de crescimento dos anos subsequentes referente ao Nordeste, ainda que uma boa parte dos documentos analisados aponte que o programa foi sim de grande valia, e isso, principalmente em relação aos bons materiais didáticos, fornecidos e utilizados em sala de aula, proporcionando aos docentes novas maneiras de ensinar. Entretanto, pode-se chegar à conclusão, que outros motivos desencadearam a não elevação dos índices de aprendizagem, não era apenas o fato da implantação de uma política pública recente, mas também outros fatores de natureza endógena, econômica e social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa nosso intuito principal foi compreender como aconteceu a experiência do PNAIC em Alagoas, e com isto, tentarmos encontrar respostas para algumas de nossas indagações. Ao iniciarmos esta pesquisa ficamos um pouco apreensivas visto que não encontramos muitos documentos relatando a experiência do Pacto em Alagoas, mas mesmo assim insistimos na investigação.

Descobrimos que no âmbito Nacional existiam sim centenas de documentos relatando a experiência do PNAIC, sobretudo relatos de experiências dos participantes da formação continuada, tanto dos formadores quanto dos professores alfabetizadores, como outros agentes que faziam parte do Pacto. Relatos esses que aplaudiam o programa por seus bons materiais didáticos, pois para alguns era um guia para nortear o caminho certo, para outros era um programa que desvalorizava de início a relação “reflexão-ação-reflexão sobre a prática docente”.

Em virtude de tudo quanto PNAIC foi e ofereceu é inegável sua grandeza e importância no que se refere a programas de educação. Sua história, surgimento em 2012, suas modificações em 2015 até o seu fim em 2018/2019 deixou venerável contribuição. Sabe-se que, uma política pública de tal magnitude e de tal abrangência requer parcerias e efetivo comprometimento de todas as instâncias governamentais. Para que esta, realmente venha a lograsse algum êxito.

Os documentos analisados corroboram que o programa foi um dos maiores já existente em nosso país no quesito formação continuada de professores, como também foi um dos que recebeu um avultado montante em investimentos. Portanto, se esperava resultados positivos, visto que grande foi a mobilização das partes interessadas para fazer dar certo o projeto. No entanto, isto não aconteceu.

Quanto ao conceito de alfabetização empregado nos cadernos norteadores do PNAIC, podemos afirmar que foi uma acertada escolha, pois as pesquisas apresentadas pelos autores citados são pesquisas reconhecidas em toda a América do Sul. Os autores que escreveram as orientações nos cadernos do PNAIC, que estavam direcionados a alfabetização e o letramento, embasaram suas falas e orientações para os professores alfabetizadores. Com as pesquisas dos autores citados neste trabalho como principais. Não podemos deixar de ressaltar que Moraes também escreveu textos nos cadernos de orientações do PNAIC.

Contudo como há críticas dispostas na internet, revistas e artigos o programa sufoca os professores alfabetizadores, no sentido de deixar pouco espaço para que ao fazer as leituras nos cadernos possam refletir e através do copilado de materiais distribuídos pelo MEC, fazerem uso da maneira que lhes fossem mais confortáveis. Não que isto não tenha sido feito, mas, podemos verificar que muitos artigos analisados, demonstraram a falta de espaço para “o fazer” pedagógico dos educandos, tendo em vista as avaliações que estes profissionais teriam que passar.

Para os professores alfabetizadores, os encontros e o investimento foram adequados. E como qualquer outra política pública que requer resultados e não cabe aos educadores a tomada de decisão quanto à continuidade ou a implantação de um novo projeto. Contudo, o que se espera é a melhoria da educação seja ela por via de projetos, pactos ou alianças.

Em Alagoas não foi diferente tal implantação, houve uma grande mobilização por partes dos coordenadores, como também dos formadores e alfabetizadores. De início, não foi fácil para os formadores, uma vez que estes precisavam, tanto ensinar

quanto ao mesmo tempo aprender. Do mesmo modo, houve um grande anseio da parte dos professores alfabetizadores em fazer parte deste Pacto, pois para muitos era a única modalidade de formação que tinham em seu município, ainda que, os encontros aconteceriam aos sábados, percebeu-se que existia pouca evasão.

No entanto, os documentos analisados nos relatam que existiram muitos entraves para que o programa realmente lograsse êxito. E esses obstáculos eram as descontinuidades tanto do governo central MEC, quanto os governos locais (municipal e estadual). Ao se trocar (rodízio) formadores e professores alfabetizadores, fazendo que o programa não evoluísse como deveria.

Apesar dos entraves que existiram no decorrer do programa foi possível compreender em nossa pesquisa, de acordo com os documentos analisados, que na maioria das vezes os professores alfabetizadores, elogiaram bastante o quesito materiais didáticos enviados pelo MEC e a mobilização para o uso deles. Uma vez que, uma boa parte de materiais ficava guardado, e só quem tinha acesso a eles, era a gestão.

Dito tudo isto, podemos concluir que o programa na verdade não era novo, pois sua estruturação quanto à formação de professores alfabetizadores se deu a exemplos de outros programas relatados em nossa pesquisa como o Programa toda criança aprendendo, e Pró-letramento. Como também a concepção de alfabetização não tinha nada de novo.

E o que diz respeito a sua implantação em Alagoas, podemos dizer que os municípios partícipes deste pacto, obtiveram muitos ganhos, principalmente em relação à formação de seus docentes, visto que em alguns municípios pequenos, o PNAIC era a única via, para que professores participassem de uma formação.

Deste modo, fica claro que uma boa parte dos municípios não se comprometeu como deveria. e isto, em razão das trocas que existiam tanto dos orientadores locais como dos professores alfabetizadores. Fazendo que houvesse a descontinuidade do programa. Uma política pública de alfabetização, que visa à melhoria dos resultados, e não analisa a dimensão que está em torno do processo precisa realmente rever seus objetivos. Do mesmo modo os gestores, estes devem se comprometer com os estudantes, uma vez que, se o alvo é a melhoria da educação básica, e um dos principais meios de haver esta melhora é por via da formação continuada, que ao menos se comprometam em iniciar e continuar com os mesmos profissionais, para enfim atingir seu objetivo e não haja uma quebra.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de. **Currículo no ciclo de alfabetização: princípios gerais.** In. Brasil. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto nacional pela alfabetização na idade certa : currículo na alfabetização : concepções e princípios : ano 1 : unidade 1 / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. -- Brasília : MEC, SEB, 2012.
- ALFARES, Marcia Aparecida; MINARDES, Jefferson. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa em ação: revisão de literatura. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.27, n.102, p. 47-68, jan./mar. 2019.** Disponível em: [Ensaio-v027n102-p1.indb \(scielo.br\)](#). Acesso em: ago. de 2021.
- ARAUJO, Mirna França da Silva de. **Trajétoria de implementação de uma política pública de formação continuada de professores alfabetizadores: o PNAIC.** In. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Caderno de Apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA: resultados ANA 2016. Disponível em: [Apresentação do PowerPoint \(mec.gov.br\)](#). acesso em: 06 nov. 2020.
- BRASIL. Constituição Federal do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Ministério da educação e cultura. Rede nacional de formação Continuada de Professores. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-nacional-de-formacao-continuada-de-professores>> acesso em: Abril de 2020
- BRASIL. Ministério da Educação e cultura. Documento orientador: PNAIC em Ação. 2017. Doc. em PDF.
- BRASIL. Ministério da educação. Toda Criança Aprendendo. Disponível em: <http://dominiopublico.mec.gov.br/download/texto/me001798.pdf>> acesso em: Abril 2020.
- BRASIL. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Interdisciplinaridade no ciclo de alfabetização. Caderno de Apresentação / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação e cultura. Resultados da ANA 2014. Disponível em: [Apresentação do PowerPoint \(mec.gov.br\)](#). Acesso em: 25 de nov.

CAVALCANTE, Maria Auxiliadora Silva; SANTOS, Adriana Cavalcanti dos Santos; PREITAS, Marinaide Lima de Queiroz; BARROS, Abdizia Maria Alves. **Formação continuada dos orientadores do PNAIC: contributos e desafios para as escolas publicas**. Revista se estudios e investigación en psicología y educación. Vol. Extra., n 6. 2015.

CEEL/UFPE. Histórico. Disponível em:<
<http://www.portalceel.com.br/apresentacao/#ancora>> Acesso em: 21 de maio 2020.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução Diana Myriam Lichtenstein, Liana Di Marco, Mário Corso. – Porto Alegre; Artmed, 1999.

MACHADO, Rosimar Isidoro; LOCKMAM Kamila. **A tríade Ciclo de alfabetização-PNAIC-ANA como um fluxo Biopolítico Circular que gerencia a alfabetização no Brasil**. Cadernos de Educação. n. 62.jul./dez.2019, p. p3-114. Faculdade de educação/UFPEl.

MORAIS, Artur Gomes. **Sistema de escrita alfabética**, São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012. (como eu ensino)

RAMOS, Maria Jeane Bonfim. **Política pública educacional de alfabetização – implementação do pacto nacional pela alfabetização na idade certa – PNAIC: o olhar dos sujeitos**. 2019. 154 f. Tese (doutorado em educação) - Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas, 2019.

SAMBUGARI, Márcia Regina do Nascimento; RIBEIRO, Flávia Miguel. Enfoques da produção acadêmica brasileira sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de Alfabetização**. [recurso eletrônico]: eixos temáticos: alfabetização e educação de jovens, adultos e idosos; alfabetização, diversidades e inclusão; alfabetização e formação de professores; alfabetização e políticas públicas (08 a 10 de agosto de 2019) /Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2019.

SANTOS, Adriana Cavalcanti dos; CAVALCANTE, Maria Auxiliadora da silva; SILVA, Silvana Paulina da; FIREMAN, Elton Casado. **Formação do professor-alfabetizador no momentum de uma gestão curricular ativa**. Revista: Espacios. V. 39, n 43, p. 30 – 39, maio/jun. 2018.

Significado de lactoescrita. Disponível em: [Lactoescrita \(dicionarioinformal.com.br\)](http://dicionarioinformal.com.br) acesso em: 15 de nov. 2021

SCOLARO, Julian Monike Nazário. **O Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PAIC e a formação de professores alfabetizadores**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Educação – PPGE. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Orientadora: Francis Mary Guimarães Nogueira. 90f. Cascavel 2020.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 7. ed. 4ª impressão. – São Paulo. Contexto. 2020.

UNDIME. Conceito e missão. Disponível em:

<<https://undime.org.br/institucional/o-que-e-a-undime>> acessado em: Abril de 2020.

XAVIER, Rosa Seleta de Souza Ferreira; BARTHOLLO, Tiago Lisboa: **Os impactos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: uma revisão sistemática**. Educação em Revista – Belo Horizonte. V. 35. Ed. 211143. 2019